

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 531.025 - SP (2019/0262299-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : RAFAEL NONAKA DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : BRUNO FÉLIX DE PAULA - SP375946
RAFAEL NONAKA DA SILVA - SP377457
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JUAN IMENES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JUAN IMENES, em face da decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que indeferiu pedido de liminar.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 26/7/2019 e teve sua prisão convertida em preventiva no dia 27/7/2019 pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei 11.343/2006.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, a necessidade de superação da Súmula 691/STF, pois há flagrante ilegalidade no caso, em decorrência da ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva e negativa de autoria.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva, ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

A liminar foi deferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* e pela concessão de ofício da ordem.

Na origem, o processo n. 1500189-10.2019.8.26.0592 encontra-se na fase inicial, abrindo-se prazo para apresentação da defesa prévia, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 1/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

No tocante à alegação de negativa de autoria, cumpre destacar que, em sede de *habeas corpus*, não há espaço para discussão de materialidade e

Superior Tribunal de Justiça

autoria delitiva, uma vez que a ação mandamental em comento visa sanar ilegalidade verificada de plano, portanto, alegações quanto a estes pontos não poderão ser conhecidas.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi fundamentada nos seguintes termos (fls. 238/240):

Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em favor do paciente JUAN IMENES, alegando, em síntese, que este está sofrendo constrangimento ilegal por ato do MM. Juízo da 3ª Vara da Comarca de Adamantina.

Sustentam os impetrantes, em síntese, que o paciente foi preso no dia 27 de julho de 2019, com outros três indivíduos suspeitos, em tese pela prática do crime de tráfico de drogas.

Aduzem, entretanto, que o paciente não cometeu o crime pelo qual está sendo acusado, mas sim o previsto no art. 28 da Lei de Drogas, o que inviabiliza sua prisão cautelar.

Asseveram que o paciente, usuário de entorpecentes, é inocente da prática do crime de tráfico de drogas e possui atributos pessoais positivos, tais como ser primário, ter bons antecedentes, ter profissão lícita, família constituída e residência fixa.

Por fim, argumentam que a decisão que decretou a prisão do paciente está baseada na gravidade abstrata do delito.

Com tais fundamentos, requer, liminarmente, a concessão da liberdade provisória em favor do paciente, com a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP (fls. 01/18).

Indefiro a liminar.

Em que pesem os argumentos trazidos pela Defesa, não se vislumbra, por ora, o fumus boni iuris e o periculum in mora necessários para a concessão da liminar.

A medida liminar em habeas corpus somente é cabível quando o constrangimento ilegal for manifesto, detectado de imediato, através do exame sumário da inicial e dos documentos que a instruem.

Em outras palavras, a concessão de liminar é medida excepcional, sendo que no presente caso não se divisa ilegalidade manifesta a ponto de ensejar a antecipação do mérito do writ.

Anoto, pois, através de uma análise perfunctória própria do writ, que a decisão que converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva (fls. 182/185), encontra-se em termos regulares para sua execução.

Além disso, a alegação de inocência é matéria que depende de prova, o que se faz inviável, ao menos nesta fase preliminar do writ.

Prudente, então, aguardar as informações a serem prestadas pela autoridade coatora.

Consta do decreto prisional (fls. 217/218):

Superior Tribunal de Justiça

Compulsando os autos, verifico que os motivos da prisão preventiva se encontram presentes. A prova da materialidade e os indícios de autoria estão consubstanciados nos documentos e relatos constantes dos autos, notadamente os depoimentos dos policiais militares, teor do Boletim de Ocorrência e dos laudos de constatação provisória elaborados pelo Instituto de Criminalística. **Diante da gravidade do crime, necessária a segregação para garantia da ordem pública e credibilidade da Justiça - fundamento da prisão preventiva** (art. 312, CPP). Ademais, as condições de admissibilidade e requisitos da prisão preventiva também se fazem presentes, pois ao crime em tela é cominada pena máxima superior a 04 anos. Diante da mercancia ilegal de drogas atribuída aos autuados, prática esta que, como é cediço, coloca em risco toda a nossa sociedade, presentes os motivos autorizadores da prisão preventiva, especialmente a garantia da ordem pública. O tráfico de drogas alimenta toda a cadeia delitiva moderna. O traficante recebe bens de origem ilícita em pagamento dos entorpecentes, estimulando a prática de delitos patrimoniais. Outrossim, para a segurança do ponto de tráfico, delitos como porte de arma, munições e crimes contra a vida são praticados. Inegável o prejuízo à sociedade. Não bastasse isso, trata-se de crime previsto no artigo 33, "caput" c.c. artigo 35 da Lei nº 11.343/2006 (Nova Lei de Tóxicos), equiparado aos crimes hediondos previstos na Lei nº 8.072/90. Já o artigo 2º, inciso II, da Lei nº 8.072/90, dispõe que os crimes hediondos e equiparados são insuscetíveis de "fiança e liberdade provisória", proibição essa repetida no artigo 323, inciso II, do CPP. Incabível a concessão de liberdade provisória, porquanto a prisão se faz necessária para a investigação e garantia da ordem pública, evitando-se a reiteração de condutas semelhantes. A medida é adequada à gravidade do crime, sendo incabível a substituição da prisão por outra medida cautelar (art. 282, § 6º, do CPP), sob pena de colocar em risco a ordem pública local, prejudicando a investigação criminal e a própria aplicação da Lei Penal. **Diante do que salientado acima e aos maus antecedentes dos indiciados, insustentável a aplicação de qualquer medida cautelar, ante a inadequação.** Da mesma forma, incabível fiança (art. 324, IV, CPP). Ante o exposto, com fundamento nos artigos 310, II e 312, do Código de Processo Penal, converto a prisão em flagrante de JOÃO VÍTOR DOS SANTOS PEREIRA, DEUBER SILVA DOS SANTOS, JUAN IMENES e RAFAEL HENRIQUE ALMEIDA DA SILVA em preventiva.

Como já adiantado no exame da liminar, a prisão preventiva encontra-se fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, em razão das anotações na folha de antecedentes. Todavia, em uma análise minuciosa das referidas anotações, consta que o paciente respondeu pelo crime de tráfico de drogas, sendo absolvido, além de constar uma ocorrência que foi submetida ao Juizado Especial pela prática do art. 34, *caput*, do DL 3.688/41 e art. 309 da Lei 9.503/97, tendo como resultado a extinção da punibilidade e, por fim, um termo circunstanciado por posse de drogas para consumo (fls. 166/167).

Superior Tribunal de Justiça

No mais, o decreto valeu-se de fundamentação abstrata para justificar a prisão, além de presunções, por razões de ordem pública justificam a necessidade de ser convertida a prisão em flagrante em prisão preventiva, considerando tratar-se de delito que causa intranquilidade ao meio social por arrastar o vício e degradação de enorme número de pessoas e quem assim atua, não disfarçando ousadia e periculosidade ao meio social.

Sendo assim, não se apontou qualquer elemento do caso concreto para justificar a prisão, fazendo afirmação genérica e abstrata sobre a gravidade do crime, além de presunções e conjecturas, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, desde logo reconheço a ilegalidade arguida, o que justifica a mitigação do enunciado da Súmula n. 691 do STF.

Ante o exposto, confirmando a liminar anteriormente deferida, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente JUAN IMENES, até o julgamento de mérito do *writ* de origem, que não resta prejudicado por este *decisum*, sem prejuízo de nova e fundamentada decisão de necessária medida cautelar penal diversa da prisão.

Comuniquem-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator